



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## LEI Nº 565/1972

Orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1973.

A Câmara Municipal de Passa Quatro aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Receita do Município de Passa Quatro, para o exercício de 1973, é estimada na importância de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), de acordo com a seguinte discriminação:

RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	Cr\$ 118.800,00
Receita Patrimonial	2.000,00
Receita Industrial	25.000,00
Transferências Correntes	582.000,00
Receitas Diversas	11.000,00
Soma das Receitas Correntes	Cr\$ 838.800,00
RECEITAS DE CAPITAL	
Operações de Crédito	Cr\$ 1.000,00
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	Cr\$ 1.000,00
Participação em Tributos Federais	Cr\$ 159.150,00
Participação em Tributos Estaduais	Cr\$ 50,00
Soma das Receitas de Capital	Cr\$ 161.200,00
TOTAL GERAL	Cr\$ 1.000.000,00

Art. 2º A Despesa do Município de Passa Quatro, para o exercício de 1973, é fixada na importância de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), distribuída pelas seguintes unidades orçamentárias:

CÂMARA MUNICIPAL	
Gabinete e Secretaria da Presidência	Cr\$ 3.800,00
PREFEITURA MUNICIPAL	
Gabinete e Secretaria do Prefeito	Cr\$ 104.640,70
Serviço de Fazenda	74.197,82
Serviço de Contabilidade	12.393,28
Serviço de Defesa e Segurança	22.400,00
Serviço Municipal de Estradas de Rodagem	179.485,80
Serviço Educação, saúde e Assistência Social	318.188,16
Serviços de Obras Públicas	214.299,46
Serviços de Patrimônio	70.594,78
TOTAL GERAL	Cr\$ 1.000.000,00

Art. 3º Fica o Prefeito Municipal autorizado a aumentar a receita estimada neste orçamento, através da consignação 2.2.0.00 - Operações de Crédito, no limite de **superávit** financeiro apurado nos termos de §2º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/04.



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 4º A importância do excesso de arrecadação, verificada sobre o total da receita prevista neste orçamento, poderá, igualmente, ser incorporada à receita estimada, pela consignação ou consignações em que se verificar tais excessos, também com recursos à abertura de créditos adicionais autorizados.

Art. 5º Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir créditos suplementares às dotações deste orçamento, até o limite dos recursos resultantes da aplicação dos artigos anteriores, observando o cumprimento do disposto no artigo 68 da Constituição do estado de Minas Gerais.

Art. 6º Fica o Executivo Municipal igualmente, autorizado a anular, parcial ou totalmente, dotações do presente orçamento, como recursos à abertura de créditos adicionais autorizados.

Art. 7º Revogadas as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor a partir de 1º de janeiro de 1973

Passa Quatro, 23 de novembro de 1972.

Dr. Josias de Almeida  
Prefeito Municipal

Pedro Mossri  
Secretário